

# Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS .....	XIX
------------------------------------	-----

## PARTE I PARTE GERAL

### Capítulo I DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO UNIFORME

1. Colocação do problema.....	3
1.1 Abertura legislativa e função do DIPr .....	5
1.2 Interação legislativa global.....	6
1.3 DIPr e direitos humanos .....	7
2. DIPr e direito intertemporal.....	10
3. DIPr e direito uniforme.....	11
3.1 Impossibilidade de uniformização total.....	12
3.2 Uniformização regional e global .....	14
3.3 Diferenças de fundo.....	15
4. Perspectiva .....	16

### Capítulo II NOÇÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito de DIPr .....	19
1.1 O “elemento estrangeiro”.....	21
1.2 Conflitos interestaduais.....	22
1.3 Discricionariedade estatal.....	24
1.4 Missão principal do DIPr.....	26
1.5 A questão da nomenclatura .....	27
1.6 Necessidade de divergência entre normas estrangeiras autônomas e in- dependentes .....	28
2. Objeto e finalidade do DIPr.....	29
2.1 Objeto do DIPr .....	29
2.2 Finalidade do DIPr.....	33
3. Posição do DIPr nas ciências jurídicas (taxinomia).....	35
3.1 O DIPr é direito interno ou internacional?.....	35
3.2 O DIPr versa matéria afeta ao direito privado ou ao direito público? .....	37
4. Conflitos de leis estrangeiras no espaço.....	38

5. Direito Internacional Privado brasileiro .....	39
5.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	40
5.2 Estatuto pessoal no DIPr brasileiro .....	42
5.3 Estatuto pessoal no Código Bustamante .....	45

### Capítulo III

#### FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Introdução.....	47
2. Fontes internas.....	48
2.1 Constituição e leis .....	49
2.2 Costume nacional.....	52
2.3 Doutrina e jurisprudência interna .....	54
3. Fontes internacionais.....	56
3.1 Tratados internacionais .....	56
3.2 Costume internacional .....	60
3.3 Jurisprudência internacional .....	61
4. Fontes transnacionais .....	63
5. Conflitos entre as fontes.....	65
5.1 Conflitos entre fontes de categorias distintas .....	65
5.2 Conflitos entre fontes de mesma categoria .....	66
5.3 Conclusão sobre os critérios.....	67

### Capítulo IV

#### TEORIA GERAL DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Normas indicativas .....	69
1.1 Normas diretas e indiretas .....	70
1.2 Hipótese e disposição .....	71
1.3 <i>Lex fori</i> e <i>lex causae</i> .....	71
1.4 Categorias de normas indicativas.....	72
2. Conflitos das normas de DIPr no espaço.....	73
2.1 Conflito espacial positivo.....	75
2.2 Conflito espacial negativo (teoria do reenvio) .....	77
2.2.1 Entendimento.....	77
2.2.2 Posição do direito brasileiro .....	79
2.2.3 Importância prática do reenvio.....	81
2.2.4 Conclusão .....	83
3. Conflitos das normas de DIPr no tempo .....	83
4. Aplicação substancial das normas de DIPr.....	87
4.1 Problema das qualificações.....	87
4.1.1 Fundamento .....	88

4.1.2	Conceito e entendimento.....	89
4.1.3	Qualificação por etapas.....	91
4.1.4	Exceção dos bens e das obrigações.....	93
4.1.5	Regras do Código Bustamante.....	95
4.1.6	Instituições desconhecidas .....	96
4.2	Conflito de qualificações.....	97
4.3	Questão prévia.....	100
4.4	Adaptação ou aproximação.....	104
5.	Remissão a ordenamentos plurilegislativos.....	105

## Capítulo V

### ELEMENTOS DE CONEXÃO

1.	Elemento e objeto de conexão.....	109
1.1	Diferenças de fundo.....	110
1.2	Procedimento de localização.....	110
1.3	Concurso de elementos de conexão.....	111
2.	Espécies de elementos de conexão.....	112
2.1	Conexões pessoais.....	113
2.2	Conexões reais (territoriais) .....	113
2.3	Conexões formais.....	113
2.4	Conexões voluntárias.....	114
2.5	Conexões delituais .....	114
3.	Qualificação dos elementos de conexão.....	115
3.1	Qualificação pela <i>lex causae</i> .....	116
3.2	Conflito positivo e negativo.....	116
4.	Principais elementos de conexão.....	117
4.1	Território.....	118
4.2	Nacionalidade.....	119
4.3	Domicílio.....	120
4.4	Vontade das partes .....	123
4.4.1	Autonomia da vontade e ordem pública.....	124
4.4.2	Fundamento da autonomia da vontade no direito brasileiro .....	125
4.4.3	Autonomia da vontade na eleição de foro .....	127
4.4.4	Autonomia da vontade e qualificação (do objeto e do elemento de conexão).....	128
4.4.5	Autonomia da vontade na jurisprudência brasileira.....	128
4.4.6	Autonomia da vontade no Projeto de Lei nº 269 do Senado Federal.....	129
4.4.7	Conclusão .....	130
4.5	Lugar do contrato.....	130

4.6	<i>A lex fori</i> .....	131
4.7	Religião e costumes tribais.....	131
5.	Conflitos móveis (sucessão de estatutos).....	133

## Capítulo VI

### DIREITOS ADQUIRIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Entendimento .....	137
2.	Efeitos dos direitos adquiridos .....	141
3.	Limites da <i>lex fori</i> .....	142
4.	Elementos para o reconhecimento .....	145
5.	Direitos adquiridos no DIPr brasileiro .....	146

## Capítulo VII

### APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL

1.	Dever de aplicação do direito estrangeiro indicado .....	149
1.1	A questão da competência .....	150
1.1.1	Competência concorrente.....	153
1.1.2	Competência exclusiva.....	158
1.1.3	Afastamento da competência .....	161
1.1.4	Ainda sobre a (não) exaustividade dos arts. 21 a 25 do CPC/2015.....	164
1.2	Imposição legal de aplicação do direito estrangeiro.....	166
1.3	Norma estrangeira como direito (não como fato) .....	167
2.	Aplicação direta da lei estrangeira .....	169
2.1	Aplicação <i>ex officio</i> .....	169
2.2	Prova do direito estrangeiro.....	173
2.3	Lei estrangeira como paradigma para recursos excepcionais .....	179
2.4	Análise e interpretação da lei estrangeira .....	181
2.5	Aplicação errônea da lei estrangeira e recursos cabíveis.....	186
2.6	Controle de constitucionalidade da lei estrangeira (conforme a Constituição do Estado estrangeiro) .....	187
2.7	Controle de convencionalidade da lei estrangeira (conforme as normas internacionais em vigor no Estado estrangeiro) .....	190
3.	Impossibilidade de conhecimento da lei estrangeira.....	192
3.1	Rejeição da demanda ou aplicação da <i>lex fori</i> ?.....	193
3.2	Solução do direito brasileiro.....	193
4.	Limites à aplicação do direito estrangeiro .....	194
4.1	Direitos fundamentais e humanos .....	195
4.2	Ordem pública.....	196
4.3	Normas de aplicação imediata ( <i>lois de police</i> ) .....	204
4.4	Fraude à lei.....	209
4.5	<i>Prélèvement (favor negotii)</i> .....	216

4.6	Reciprocidade .....	217
4.7	Instituições desconhecidas.....	219
4.8	Norma mais favorável à pessoa .....	221
5.	Cooperação jurídica internacional .....	222
5.1	Homologação de sentenças estrangeiras .....	224
5.2	Auxílio direto.....	229
5.3	Cartas rogatórias .....	230
6.	Conclusão.....	233

### Capítulo VIII

#### DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PÓS-MODERNO

1.	Introdução.....	235
2.	Diálogo com Erik Jayme.....	236
3.	O novo DIPr e os valores pós-modernos.....	236
3.1	Pluralismo (diversidade cultural).....	237
3.2	Comunicação.....	240
3.3	Narração .....	241
3.4	Retorno dos sentimentos.....	243
4.	Conclusão.....	244

### PARTE II

#### PARTE ESPECIAL

### Capítulo I

#### DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

1.	Leis aplicáveis.....	249
2.	Orientação legislativa.....	249
3.	Plano da Parte Especial .....	250

### Capítulo II

#### DOS BENS

1.	Introdução.....	253
2.	Regra <i>lex rei sitae</i> .....	253
3.	Qualificação dos bens.....	257
4.	Bens em trânsito.....	258
5.	Conflitos móveis.....	260
6.	Navios e aeronaves .....	261
7.	Lei aplicável ao penhor .....	263
8.	Tráfico ilícito de bens culturais .....	265
8.1	Conceito .....	266
8.2	Lei aplicável.....	267
8.3	A questão do possuidor de boa-fé.....	268
8.4	Normas de aplicação imediata.....	269

**Capítulo III**  
**DIREITO DE FAMÍLIA**

1. Normas gerais .....	271
2. Esponsais .....	272
2.1 Qualificação dos esponsais .....	273
2.2 Lei aplicável segundo a LINDB .....	274
2.3 Regra do Código Bustamante .....	276
3. Casamento .....	277
3.1 Capacidade para casar .....	278
3.2 Casamento realizado no Brasil .....	280
3.3 Casamento realizado no exterior .....	282
3.4 Casamento consular .....	284
3.4.1 Casamento consular de brasileiros no exterior .....	285
3.4.2 Casamento consular de estrangeiros no Brasil .....	287
3.5 Casamento por procuração .....	288
3.6 Lei aplicável ao regime de bens .....	290
3.7 Efeitos pessoais do casamento .....	293
3.8 Invalidade do casamento .....	295
4. Divórcio .....	299
4.1 Divórcio consensual consular .....	301
4.2 Divórcio consensual puro e qualificado .....	302
5. Relações parentais .....	303
5.1 Filiação .....	303
5.2 Guarda de filhos .....	305
5.3 Direito de visita .....	307
5.4 Alimentos .....	309
5.4.1 Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Es- trangeiro (1956) .....	309
5.4.2 Primeiras normas da Conferência da Haia de Direito Interna- cional Privado .....	310
5.4.3 Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família e Protocolo sobre a Lei Aplicável (2007) .....	311
5.4.4 Flexibilização do Protocolo de 2007 em razão da norma mais favorável ao alimentando .....	317
5.5 Sequestro internacional de crianças .....	319
6. Adoção internacional de menores .....	324
6.1 A questão da nacionalidade .....	325
6.2 Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Ado- ção de Menores (1984) .....	327
6.3 Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Maté- ria de Adoção Internacional (1993) .....	331

6.4	Direito Internacional Privado brasileiro da adoção .....	334
6.5	Adoção por estrangeiros na Constituição de 1988 e no ECA .....	337

#### Capítulo IV DIREITO DAS SUCESSÕES

1.	Introdução .....	341
2.	Regra geral da LINDB .....	342
2.1	Princípio da universalidade sucessória .....	343
2.2	Desuso ( <i>de facto</i> ) e insubsistência ( <i>de jure</i> ) da regra .....	343
2.3	Bens imóveis localizados no estrangeiro .....	345
2.4	Equalização de direitos na partilha dos bens .....	346
3.	Sucessão de bens de estrangeiros situados no País .....	347
4.	Capacidade para suceder .....	350
5.	Autonomia da vontade .....	352
6.	Exceção à unidade sucessória em razão de créditos locais .....	352
7.	Execução de testamento celebrado no estrangeiro .....	353
7.1	Lei aplicável à forma .....	353
7.2	Lei aplicável à substância .....	356

#### Capítulo V OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

1.	Introdução .....	359
2.	Obrigação proveniente de contrato .....	361
3.	Obrigação no exterior destinada à execução no Brasil .....	366
4.	Obrigações por atos ilícitos .....	368
4.1	Regra <i>lex loci delicti commissi</i> .....	369
4.2	Tratados internacionais .....	370
4.3	Flexibilização pela <i>lex damni</i> .....	371
4.4	Obrigações <i>ex lege</i> .....	372
5.	Autonomia da vontade .....	374
6.	Convenção da ONU sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias .....	377

#### Capítulo VI ESTATUTO DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Introdução .....	379
2.	Lei aplicável .....	379
3.	Nacionalidade .....	381
4.	Reconhecimento e funcionamento .....	382
5.	Limites de operação no Brasil .....	384
6.	Insolvência transnacional .....	386
6.1	Entendimento .....	386

6.2	Sistemas territorial e universal .....	386
6.3	Efeitos da insolvência e direito aplicável .....	389
6.4	Propostas de harmonização internacional.....	391
6.5	Regulamentação brasileira atual.....	392
6.5.1	Acesso à jurisdição brasileira .....	394
6.5.2	Reconhecimento de processos estrangeiros .....	395
6.5.3	Cooperação com autoridades e representantes estrangeiros .....	397
6.5.4	Processos concorrentes .....	398
7.	Conclusão.....	400
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		401
OBRAS DO AUTOR.....		421